

A ESCOLA ENQUANTO ESPAÇO DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Murilo Tárccio da Silva Agostinho¹

Renato Carneiro da Silva²

RESUMO

O estudo em questão aborda a inclusão no ambiente escolar, focando na análise da escola como um local que acolhe a diversidade. A pesquisa buscou responder a seguinte indagação. De que forma a Escola pode se transformar em um ambiente que promove a inclusão e valoriza a diversidade? O objetivo foi compreender a escola como um ambiente que promove a inclusão da diversidade. Para isso, foi discutida a educação inclusiva e suas práticas, considerando a inclusão de alunos com deficiência e necessidades especiais nos espaços de ensino regulares, por meio de atividades coletivas que valorizem a diversidade. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica qualitativa, utilizando estudos relacionados à inclusão. Os resultados destacaram a importância de um ambiente educacional acolhedor e de professores sensíveis e qualificados, que foquem nas potencialidades dos alunos em vez de nas dificuldades. Diante desse questionamento, o objetivo foi compreender a escola como um local que promove a inclusão da diversidade. Para isso, foi discutido o conceito de educação inclusiva e como ele pode ser aplicado na prática, levando em consideração as práticas pedagógicas como formas de incluir os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais nas salas de aula convencionais, por meio de ações coletivas que valorizam a diversidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, baseada em estudos relacionados à inclusão. Os resultados destacaram a importância de um ambiente educacional acolhedor e sensível que reconheça as habilidades individuais dos alunos, em vez de focar apenas nas dificuldades.

Palavras-chave: Inclusão. Diversidade. Potencialidades. Práticas Pedagógicas...

ABSTRACT

The study in question addresses inclusion in the school environment, focusing on the analysis of the school as a place that welcomes diversity. The research sought to answer the following question. How can the School transform itself into an environment that promotes inclusion and values diversity? The objective was to understand the school as an environment that promotes the inclusion of diversity. To this end, inclusive education and its practices were discussed, considering the inclusion of students with disabilities and special needs in regular teaching spaces, through collective activities that value diversity. The methodology adopted was qualitative bibliographic research, using studies related to inclusion. The results highlighted the importance of a welcoming educational environment and sensitive and qualified teachers, who

¹ Graduado em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Pedagogia pela Faculdade Kurios – FAK. Especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN e em Psicopedagogia pela Faculdade Instituto Brasil de Ensino – IBRA. Atualmente, é Professor da Rede Pública Municipal de Monte Alegre/RN e São Gonçalo do Amarante/RN. Email: murilotarcio@hotmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, renato.carneiro@ufersa.edu.br.

focus on students' potential rather than difficulties. Given this question, the objective was to understand the school as a place that promotes the inclusion of diversity. To this end, the concept of inclusive education was discussed and how it can be applied in practice, taking into account pedagogical practices as ways of including students with disabilities and special educational needs in conventional classrooms, through collective actions that value Diversity. The methodology used was bibliographical research, of a qualitative nature, based on studies related to inclusion. The results highlighted the importance of a welcoming and sensitive educational environment that recognizes students' individual abilities, rather than focusing solely on difficulties.

Keywords: Inclusion. Diversity. Potentialities. Pedagogical practices...

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é evidenciar a capacidade da instituição de ensino em se tornar um ambiente ativo e acolhedor para atender a diferentes grupos, que têm o direito à educação protegido por legislação. Isso envolve a implementação de políticas públicas que favorecem a inclusão de pessoas com deficiência no contexto escolar tradicional, promovendo o progresso da sociedade e o valor pela diversidade.

A instituição de ensino deve ser planejada como um espaço acolhedor, o que pode ser alcançado por meio de sua organização. Ademais, as inovações são fundamentais para proporcionar o melhor para todos os envolvidos. A harmonia entre os participantes do processo educativo é crucial para receber os estudantes. É imprescindível abordar questões de conscientização sobre preconceito e diversidade, a fim de evitar situações constrangedoras e promover a valorização das diferenças. É importante que a comunidade escolar entenda que cada indivíduo é único, pois a diversidade faz parte de nossa constituição, portanto, são essenciais o respeito e a valorização da singularidade de cada um.

Para que as aulas sejam mais inclusivas, é essencial realizar um planejamento que contemple atividades que promovam a interação entre os alunos, considerando tanto aqueles com necessidades educacionais especiais quanto os demais colegas. Dessa forma, será possível garantir a participação de todos e o acesso ao conhecimento de maneira justa e equitativa. Diante desse contexto, a pesquisa se propôs a investigar a seguinte questão: de que forma a Escola pode se transformar em um ambiente que promove a inclusão e valoriza a diversidade?

Dessa forma, o artigo atual busca entender de maneira ampla a instituição de ensino como um local que promove a inclusão da diversidade.

A seleção do tema "A Escola Enquanto Espaço de Inclusão e Diversidade." Foi motivada pela urgência da escola se enxergar como local que promove e incentiva a diversidade, bem como buscar maneiras de efetivar a inclusão, proporcionando oportunidades adequadas para os estudantes com deficiências e necessidades educacionais especiais. Isso se mostra crucial para que esses estudantes sejam bem recebidos e integrados no ambiente escolar, com abordagens pedagógicas e profissionais que levem em consideração suas necessidades, respeitando suas limitações, características individuais e habilidades. Ademais, ressalta-se a relevância da participação das famílias na escola e do esforço conjunto em prol da inclusão.

Compreende-se que a educação deva ser acessível a todos, sem distinção de cor, gênero, etnia ou limitações físicas, o que tem gerado um aumento nas reflexões sobre a inclusão. Nesse sentido, é fundamental promover uma educação mais inclusiva e democrática, garantindo que todos tenham a oportunidade de participar ativamente da experiência escolar e usufruir de um ensino de qualidade. É importante desenvolver abordagens educacionais que atendam às necessidades diversas dos estudantes, embora se reconheça que isso possa ser desafiador, principalmente quando os professores não estão devidamente preparados para lidar com essas diferenças, o que acaba dificultando o processo de inclusão.

Tanto a atitude do educador quanto a carência de recursos necessários, de colaboração entre os profissionais, bem como de investimentos na capacitação dos funcionários da instituição e de uma participação mais efetiva da comunidade nesse contexto, dificultam a efetivação da inclusão, não seguindo as diretrizes teóricas propostas. A integração se confirma como algo concreto na rotina de praticamente todos os educadores, mesmo daqueles que não atuam diretamente com estudantes com necessidades especiais. Isso acontece, pois, a realidade cotidiana é composta por indivíduos com demandas e peculiaridades variadas, os quais necessitam de um ambiente escolar que valorize suas limitações e estimule suas habilidades. Os docentes desempenham um papel crucial nesse contexto, uma vez que contribuem para a formação de um ambiente escolar democrático e inclusivo, que valoriza a pluralidade e promove o respeito aos estudantes em suas individualidades.

2. INCLUSÃO E DIVERSIDADE

A temática da inclusão é bastante debatida no Brasil e de acordo com o dicionário Aurélio (2010), refere-se à plena integração de indivíduos com demandas especiais ou específicas na sociedade: políticas inclusivas. Desta forma, neste estudo, o foco é direcionado para a instituição escolar como um ambiente inclusivo.

Dentro do cenário educacional, o termo inclusão representa um movimento que não se limita apenas ao âmbito educativo, mas também abarca aspectos sociais e políticos, sendo uma luta em prol da defesa dos direitos de todos os envolvidos no processo de aprendizagem de maneira consciente, responsável e respeitosa. Mesmo que haja alguma diferença entre os alunos, seja ela física ou intelectual, é fundamental que a escola esteja preparada para acolher a todos e proporcionar um ensino de qualidade, dando oportunidades para que desenvolvam suas habilidades e potencialidades. Nesse sentido, é imprescindível que essa abordagem seja adotada para que cada indivíduo tenha a chance de exercer sua cidadania de forma digna, considerando tanto seus direitos quanto deveres, interesses e aptidões.

De acordo com os estudos de Rodrigues (2000), a educação inclusiva é fundamental.

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000, p. 10).

A igualdade educacional é o objetivo da inclusão, possibilitando a todos os estudantes a chance de aprender e se desenvolver através de adaptações no currículo, garantindo oportunidades iguais de conhecimento, sem discriminação e sem prejudicar o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, é essencial que as instituições de ensino estejam preparadas para modificar suas metodologias a fim de promover a inclusão de fato. Neste contexto, concorda-se com as ideias de Victor, Vieira e Oliveira (2017).

A necessidade de reordenamento das escolas comuns para que todos os estudantes venham ter o direito de aprender parte do princípio de que as unidades escolares precisam ser ambientes socialmente reorganizados para a mediação dos processos de apropriação dos conhecimentos elaborados na interface com a diversidade/diferença humana, defesa essa sustentada pelos pressupostos da inclusão social/escolar que simboliza um movimento ético, político e pedagógico que defende a ideia de que nenhuma pessoa pode ser discriminada na escola/sociedade e a ela negado o usufruto dos vários direitos sociais, aqui em destaque o direito à educação. (VICTOR; VIEIRA; OLIVEIRA, 2017, p.18).

A instrução, sob um olhar abrangente, é um privilégio para todos e está estipulada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96 (1996) que, em seu Artigo 59, assegura:

[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, garantia de currículos, métodos, recursos e serviços especiais de ensino, terminalidade específica, professores especializados e capacitados para a educação de alunos com deficiência em classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1996)

Algumas das conquistas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação são reflexo da Conferência Internacional de Jointiem (1990), ocorrida na Tailândia, a qual propôs uma educação acessível a todos. Em seguida, houve uma nova abordagem durante as conversas na Declaração de Salamanca, no ano de 1994, o que resultou em um crescimento das discussões sobre o assunto que, gradualmente, começaram a ser implementadas. A ideia de inclusão passou a ser considerada como forma de assegurar o acesso à educação para os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. De acordo com Matos e Mendes (2015), a inclusão é fruto de diversas ações e esforços em conjunto.

Nas últimas décadas, tanto na legislação mais ampla, quanto nas políticas educacionais, foi intensa a ação do governo federal para a área de educação especial, mas este evidente destaque também é resultado da mobilização das organizações civis, ligadas direta ou indiretamente às questões que afetam as pessoas com deficiência. (MATOS; MENDES, 2015, p. 10).

Uma das vertentes da educação inclusiva está na integração dos estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais nas turmas regulares, juntamente com os demais colegas. Isso deu início a uma luta contra o preconceito e pela aceitação de todos os alunos sem distinção de cor, etnia, gênero e capacidades físicas. Essa abordagem está refletida de maneira mais abrangente na Declaração de Salamanca (1994).

O princípio fundamental desta linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas, crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de minorias linguística, étnicas ou culturais e crianças e crianças de outros grupos ou zonas desfavoráveis ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p. 17-18).

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2023), há mais de 1,6 milhão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas instituições de ensino fundamental e médio, o que corresponde a cerca de 3,7% do total de estudantes. Com o aumento da demanda de crianças especiais nas escolas regulares, é imprescindível encontrar novas abordagens nas políticas educacionais, visando à formação adequada dos professores e a conscientização da importância, tanto para o desenvolvimento intelectual dos alunos, quanto para a inclusão deles junto aos demais colegas.

A batalha pela integração vai muito além de apenas trazer estudantes com necessidades especiais para as salas de aula convencionais. Além de acolher essas crianças, a escola precisa estar apta a retê-las, transmitir o conhecimento de maneira eficaz para todos os alunos, independentemente de suas limitações, e garantir que participem ativamente do processo de aprendizagem com sucesso.

A colaboração entre pessoas pode gerar diversas vantagens para todos os participantes no processo educacional, impactando de maneira positiva tanto dentro quanto fora da escola, conforme argumentado por Karagiannis (1999):

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm oportunidade de preparar-se para a vida na comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de acordo com valor social da igualdade para todas as pessoas, com os consequentes resultados de melhoria da paz social (KARAGIANNIS, 1999, p. 21).

De acordo com os estudos de Silva e Sena (2015), é possível afirmar que a inclusão na sociedade deve ser considerada como um novo padrão a ser seguido, o que implica na necessidade de uma reavaliação do ambiente escolar. Nesse sentido, os autores destacam que esse processo requer:

[...] um processo de resignificação de concepções e práticas, no qual os educadores passem a compreender a diferença humana em sua complexidade, não mais com um caráter fixo e um lugar predominantemente no outro, mas entendendo que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas e estão em todos e em cada um. Ao mesmo tempo, contribui para transformar a realidade histórica de segregação escolar e social das pessoas com deficiência, tomando efetivo o direito de todos à educação. (SILVA; SENA, 2015, p.126).

Segundo Mantoan (2003), é possível observar ao longo da história que a escola sempre foi um ambiente de segregação. Isso ocorreu devido a um procedimento no qual o ambiente educacional se saturou de formalidades e lógica, tratando a educação como uma simples prestação de serviços com uma grande quantidade de burocracia em seus currículos. Com a introdução da ideia de inclusão, com o intuito de quebrar com a organização existente, foram buscadas alternativas para que a escola direcionasse seu foco para sua principal missão, que é educar e incentivar a cidadania de todos os envolvidos.

Conforme Mantoan (2003), a inclusão veio para transformar o modelo educativo a fim de se adequar a uma abordagem inovadora denominada educação especial em uma visão inclusiva. A partir desse instante, deu-se início à mudança da educação convencional, em que o foco do ensino estava nos estudantes sem demandas particulares. Inicialmente, essa proposta gerou um receio entre os professores que afirmavam não estarem preparados para acolher estudantes com deficiência ou com exigências educacionais particulares, resultando na oposição à adoção desse método inovador.

De acordo com pesquisadores, a educação no Brasil está progredindo de forma gradual. No início das discussões sobre a educação inclusiva, o cenário educacional enfrentava uma fase crítica, com as abordagens pedagógicas demonstrando sinais de esgotamento. Com a introdução desta nova abordagem educacional, foi identificado um momento oportuno para mudanças,

especialmente considerando que não seria suficiente apenas ter alunos com necessidades especiais na sala de aula, sem adaptações curriculares para garantir sua inclusão efetiva no processo educacional. Esta visão é destacada nas pesquisas de Mello e Poker (2016), que ressaltam que:

Os documentos, em seu conjunto, apontam conhecimentos e aptidões necessárias para o professor, afim de que se alcance uma boa pedagogia. Pensaríamos que tais cuidados e procedimentos incluem: a capacidade de avaliar as necessidades especiais, de adaptar conteúdos para programas de estudos, de programar o uso da tecnologia informatizada, de saber individualizar procedimentos pedagógicos quando houver tal demanda e, complementando a ação educativa, articular o trabalho especializado em conjunto com especialistas e pais. (MELLO; POKER, 2016, p. 620)

Conforme Mantoan (2003), no contexto da escola inclusiva, a prática pedagógica deve ser pautada na ideia de que cada estudante traz consigo um repertório de conhecimentos, experiências e habilidades únicas, sendo capaz de aprender de forma individual e no seu próprio tempo. Diante disso, o papel do professor é inspirar e motivar os alunos, acreditando no potencial de cada um e incentivando-os a persistir mesmo diante dos desafios.

3 O ENSINO REGULAR E A DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

As salas de aula sempre foram frequentadas por diferentes tipos de pessoas, mesmo antes de se tornarem inclusivas, com estudantes de diversas origens sociais, etnias, raças, habilidades de aprendizagem, restrições físicas ou intelectuais, e assim por diante. Com a educação inclusiva, essa diversidade de público aumentou ainda mais, trazendo para as escolas alunos que anteriormente eram atendidos em instituições especializadas.

Através do método de inclusão, os educadores devem estar vigilantes para garantir que o ensino seja acessível a todos, já que é evidente que os desafios enfrentados pelas crianças impactam diretamente em seu rendimento acadêmico. Esse conceito é notável no livro “saberes e prática da inclusão” publicado pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação em 2005.

Nossa experiência docente nos tem mostrado que se encontram na mesma sala de aula alunos que vivem na miséria, alunos que enfrentam violência familiar, alunos que cheiram cola, alunos que cresceram brincando com computador, alunos de classe média, alunos de classe alta, alunos de populações distantes, os nômades, alunos que trabalham para sustentar família, alunos que são moradores de rua, alunos que pertencem a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, enfim, individualidades totalmente diferenciadas umas das outras, que constituem uma ampla dimensão de características. (BRASIL, 2005, p. 93)

Segundo o texto da obra, a multiplicidade presente nas salas de aula do Brasil é vasta, por isso é essencial que os professores tenham cautela ao preparar suas aulas, garantindo que nenhum estudante seja deixado de lado, e sim, que todos estejam envolvidos no

desenvolvimento do aprendizado.

A abordagem inclusiva na educação representou um avanço significativo no progresso das políticas educacionais, uma vez que, ao ser introduzido esse conceito, havia a urgência de repensar a maneira como o ensino era ministrado, visando atender de forma mais eficaz aos alunos; era necessário incentivar os professores a se aprimorarem e assim garantir uma educação de qualidade. Nesse sentido, compartilha-se da opinião de Rodrigues (2017), o qual destaca que o processo educativo em uma escola inclusiva também é um processo social.

Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal. A escola inclusiva deve ser entendida como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais próximo possível do normal (RODRIGUES, 2017, p. 3).

Destaca-se que a base essencial da inclusão é receber de maneira mais igualitária os estudantes com necessidades especiais que eram deixados de lado no ambiente escolar comum, aqueles que frequentavam uma escola especializada exclusiva para esse grupo.

As instituições de ensino comuns, que antes já tinham alunos com necessidades especiais, começaram a acolher todos os estudantes, não importando suas necessidades. Gradualmente, eles foram integrados e aceitos em todas as escolas, mesmo encontrando alguma oposição por parte dos educadores. Apesar de maneira mais discreta, a situação nas escolas, especialmente nas públicas, mostra que os recursos educacionais nem sempre contribuem efetivamente para a inclusão. De acordo com Batista e Cardoso (2020):

Diante das realidades das escolas públicas, detecta-se que ainda há muitas lacunas no que diz respeito ao atendimento adequado com instrumentos que venham realmente incluir o indivíduo no processo de ensino e também de aprendizagem, não basta estar dentro da sala de aula para ser incluído. A escola precisa pensar como incluir o aluno para que o mesmo tenha aprendizagem, que é um direito dele. A inclusão contrapõe-se a todo e qualquer tipo de discriminação, e nessa perspectiva é preciso que a escola reavalie todos os seus conceitos, em busca de uma educação que respeite a heterogeneidade. Todavia, esta é uma tarefa árdua para uma instituição que se acomodou com a padronização, excluindo de seu espaço qualquer forma de diversidade. (BATISTA; CARDOSO, 2020, p. 3).

A instituição de ensino inclusiva visa assegurar que todos os estudantes tenham acesso e permaneçam, assegurando seu direito, com a proposta de proporcionar igualdade de chances e reconhecer as diversidades humanas, promovendo a valorização da cultura, das práticas e das diretrizes internas que orientam a escola.

As instituições de ensino acolhem um público variado, com diferentes demandas educacionais, o que torna essencial a formação constante de todos os profissionais envolvidos

na educação, a fim de garantir o atendimento adequado a cada um. De acordo com Gadotti (1992),

A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista (GADOTTI, 1992, p. 21).

A partir da implementação da educação inclusiva, todos os alunos têm assegurado o seu direito de frequentar a escola, independentemente de suas habilidades físicas, intelectuais, entre outros aspectos. A instituição de ensino precisa valorizar a diversidade de seus estudantes, sem discriminação pelas diferenças, e promover um método de ensino que garanta a aprendizagem de forma abrangente.

Destaca-se a importância das escolas se tornarem espaços sociais e culturais, vendo como um benefício real e não apenas uma incumbência em receber um público variado com acolhimento e preparação, reconhecendo as diferentes habilidades dos estudantes. Dessa forma, entende-se que a educação inclusiva também deve se basear nos princípios educacionais. Este pensamento também é apoiado por Ferreira (2018):

Para isso, a educação tem por base quatro pilares: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. Firmar a educação inclusiva em todos esses pilares é garantir que a aprendizagem de crianças e jovens com deficiência aconteça por meio das várias possibilidades de desenvolvimento que podemos encontrar na escola (FERREIRA, 2018, p. 4).

É dever da instituição de ensino fomentar a valorização recíproca e não se acovardar em se renovar para suprir as necessidades do presente; a elaboração das práticas a serem desenvolvidas deve ser realizada com minuciosidade e consideração, levando em conta as particularidades dos estudantes, a fim de garantir que a inclusão seja efetiva e relevante.

Segundo Mantoan (2003), é fundamental reestruturar o sistema educacional de forma inclusiva e promover um ambiente de trabalho baseado no diálogo, na solidariedade, na criatividade e no desenvolvimento do pensamento crítico por parte de todos os profissionais da escola, pois essas competências são essenciais para a formação cidadã.

É responsabilidade do professor assegurar ao aluno espaço e autonomia para que ele possa aprender e se desenvolver, evitando assim a reprovação ao final do período. Conforme Mantoan (2003), a escola também deve proporcionar aos docentes a oportunidade de se atualizarem constantemente, se aprimorarem e serem valorizados, de modo a garantir que tenham recursos e motivação para ensinar a todos.

Assim, a instituição de ensino que compreende e enaltece a diversidade desenvolve iniciativas educacionais inclusivas e adota uma abordagem pedagógica especializada para

atender às necessidades individuais dos alunos que apresentam dificuldades em acompanhar o ritmo dos colegas de sala, por meio da adequação dos conteúdos, suporte em atividades e suporte nos programas de reforço escolar (MANTOAN, 2003).

Cada instituição de ensino deve se destacar por oferecer uma educação de excelência, preparando os alunos para atender às necessidades do mercado de trabalho. Uma sociedade avançada deve se dedicar a projetos humanitários, garantindo um ensino de qualidade para todos, além do ensino científico.

Mantoan (2003) argumenta que o êxito da educação reside em explorar habilidades, motivar os estudantes e promover autonomia, ao mesmo tempo em que se estimula a capacidade de produção de cada um. Reconhecer limitações é relevante, porém não deve ser encarado como um obstáculo ao aprendizado. É fundamental compreender que a diferenciação ocorre naturalmente, conforme os alunos realizam as atividades propostas, e não pela abordagem do professor. Este deve conduzir suas aulas de forma imparcial, transformando a escola em um ambiente de inclusão e diversidade.

4 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado com base em uma análise de fontes bibliográficas de qualidade, com abordagem essencial e caráter exploratório. O estudo exploratório visa coletar informações sobre determinado tema e se aprofundar nele para agregar conhecimento.

A pesquisa discutida neste artigo sobre a Escola enquanto espaço de inclusão e diversidade foi conduzida com base em diversas pesquisas de diferentes autores, com o objetivo de encontrar soluções para os desafios e buscar maneiras de tornar a escola inclusiva acessível a todos os alunos.

Segundo Gil (2002, p.44), a pesquisa bibliográfica consiste em utilizar materiais previamente elaborados, como livros e artigos científicos. Nesse sentido, as obras foram exploradas de maneira detalhada e organizada para responder às questões levantadas pela problemática e pelos objetivos do estudo. Foi realizada uma análise aprofundada dos textos, visando encontrar soluções para o problema em questão. O autor ainda destaca que é necessário ter habilidade no uso de publicações científicas para realizar uma pesquisa exploratória de forma eficaz, caso contrário, o estudo não terá sucesso e não será produtivo (Gil, 2002, p.78).

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A integração passou a ser vista como um obstáculo a ser vencido. Mesmo com as leis que garantem os direitos, sobretudo os relacionados à educação, isso não garante que todos os indivíduos estejam efetivamente inseridos na escola. Dessa forma, as pesquisas realizadas

por Meletti (2014) evidenciam que, apesar dos avanços em relação à inclusão educacional, a instituição escolar ainda está ligada aos mesmos métodos que levam à exclusão e à discriminação.

Kassar, Serafim e Françoze (2014) ressaltam a importância de analisar a evolução do número de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais matriculados na educação regular ao longo dos anos. Eles observam que essa quantidade tende a diminuir conforme o avanço dos anos escolares, sendo mais significativa nos primeiros anos do ensino fundamental.

Segundo Marques e Silva (2020), é fundamental que a educação ultrapasse a simples organização do ensino-aprendizagem desde os primeiros anos escolares até o término da graduação. É necessário estabelecer um ambiente propício para que os estudantes com deficiência ou com exigências educacionais especiais estejam inseridos e participem ativamente de um ambiente que proporcione a aprendizagem, promovendo a inclusão e valorizando a diversidade.

Quando se fala da escola como local de acolhimento, é importante ressaltar que a instituição deve ser considerada um espaço relevante para a formação da cidadania. Isso implica em criar uma identidade através de comportamentos que os alunos se identifiquem como cidadãos e que isso seja direcionado a todos. Seguindo essa linha de pensamento, Marques e Silva (2020) salientam que a escola inclusiva deve se comprometer com os direitos humanos e aqueles que deles decorrem. Além disso, é necessário compreender que o ambiente escolar deve contar com profissionais qualificados, engajados com a causa da inclusão. Portanto, destaca-se que a escola precisa ser estruturada e organizada para acolher os alunos respeitando, sobretudo, a diversidade, as especificidades e potencialidades de cada um.

Briant e Oliver (2012) ressaltam a importância da inovação na prática docente em ambientes inclusivos, especialmente para educadores que lidam com alunos portadores de deficiência ou necessidades especiais. Inovar vai além do aprimoramento de conhecimentos, englobando a busca por abordagens e visões que atendam às demandas e interações da inclusão.

Com o intuito de alcançar esse objetivo, as próprias Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica estabelecem que a inclusão requer a presença de especialistas distintos, os quais são:

Professores capacitados para cada situação: professores capacitados para classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, tiveram acesso a conteúdo sobre Educação Especial adequado para: perceber as necessidades dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica de modo adequado às necessidades de aprendizagem; avaliar a eficácia do processo e atuar em

equipe, inclusive com professores especializados em Educação Especial compreensão das singularidades de seus alunos e do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2001, p. 59.)

Segundo Belisário (2015), para promover a inclusão na escola é preciso oferecer alternativas para o desenvolvimento dos estudantes com deficiência. Isso requer, sobretudo, a adaptação das metodologias educacionais, levando em conta a variedade dos indivíduos. Além disso, é importante destacar que o sucesso da inclusão só é alcançado quando a escola reconhece que as dificuldades não são exclusivamente culpa dos alunos, mas são consequência da maneira como o ensino é planejado e avaliado.

É essencial uma transformação de atitudes para que a escola se torne verdadeiramente inclusiva, principalmente no que diz respeito à abordagem adotada no desenvolvimento do ensino dentro das salas de aula. Adicionalmente, a escola que promove a inclusão busca aprimorar o professor, conscientizando-o de que considerar o aluno e suas características individuais de maneira única é uma forma de humanizar a educação, adequando-a não apenas às limitações, mas também às habilidades.

Segundo Cardoso (2015), a inclusão na educação é um processo que visa ampliar a participação dos alunos. Além de ter os alunos presentes em sala de aula, a inclusão busca promover o desenvolvimento pessoal de cada um, levando em consideração suas características individuais e aquilo que os torna únicos. Frente à exclusão enfrentada pelas pessoas com deficiência ao longo da história, cabe à escola desconstruir esse paradigma, rejeitando discursos de seletividade e capacitismo. A verdadeira inclusão só ocorre quando ocorre uma mudança de mentalidade, que por sua vez gera transformações pedagógicas, históricas e culturais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a realização do estudo em questão, foi possível adquirir conhecimento acerca da inclusão, compreender seus objetivos e a maneira como deve ser implementada para esse grupo que, durante muito tempo, foi excluído e agora é mais amplamente aceito pela sociedade. Contudo, para garantir uma preparação contínua, sobretudo por parte dos educadores, torna-se essencial aprofundar e expandir o debate sobre o tema em futuras pesquisas, uma vez que essa necessidade é evidente no cotidiano de toda a sociedade, em especial no âmbito educacional.

Com o intuito de esclarecer a importância da inclusão, a instituição de ensino deve buscar formas de divulgar seus propósitos e uma alternativa viável é a organização de encontros para dialogar com toda a comunidade escolar. Durante essas conversas, é possível debater o tema e encontrar soluções em conjunto para garantir que todos sejam atendidos da melhor

maneira possível, visto que o conhecimento é a principal ferramenta para proporcionar uma educação de excelência. Dessa forma, é perceptível que, ao terem pleno conhecimento de seus direitos e deveres, os objetivos da escola poderão ser alcançados com sucesso, contando com o apoio das famílias que podem ser grandes parceiras na busca por soluções que beneficiem seus filhos e contribuam para uma educação de qualidade para toda a comunidade escolar.

A inclusão na educação no Brasil deve ser reavaliada e transformada em algumas instituições, sendo observada com mais empatia. Esta questão é frequentemente abordada por estudiosos que reconhecem sua relevância na vida das pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, as quais se sentem acolhidas ao terem a oportunidade de conviver e compartilhar experiências. Com base nas estatísticas, é evidente o aumento contínuo do número de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do Brasil, devido à maior conscientização das famílias de que a educação é fundamental para o desenvolvimento global de seus filhos.

No entanto, é importante destacar que a diversidade é algo constante na rotina de quase todos os professores, mesmo os que não atuam diretamente com estudantes com deficiência ou necessidades educacionais especiais. Isso se deve ao fato de que vivemos em uma sociedade com indivíduos que possuem necessidades diversas e que requerem uma escola que valorize suas limitações e promova suas habilidades.

O papel do professor é essencial nessa etapa, já que são eles os responsáveis por contribuir para a formação de uma escola inclusiva e colaborativa, que valoriza as diferenças e reconhece o estudante em suas individualidades. No entanto, é importante destacar que a inclusão vai além de ter o aluno presente na classe, é preciso oferecer chances para que ele desenvolva seu conhecimento.

Para que ocorra um preparo de qualidade e conforme as expectativas da sociedade, é essencial que os professores se dediquem constantemente ao aprimoramento do conhecimento relacionado à inclusão, compreendendo como ela deve ser efetivada. Isso somente será possível por meio da ampliação dos estudos, da participação em cursos de formação continuada e da busca incessante por garantir aos estudantes a consciência de sua singularidade, diversidade e potencialidades a serem desenvolvidas. Dessa forma, é fundamental promover a valorização da diversidade nos ambientes educacionais.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, L.A.; CARDOSO, M.D.O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista de educação pública**. 2020. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade> Acesso em: 20 jun., 2024.
- BELISÁRIO, J. **Ensaio pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC, SEESP, 2015.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9394 de 23 de dezembro de 1996. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994
- BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas**. 2. ed. / coordenação geral SEESP/MEC. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. MEC: SEESP, 2001.
- BRIANT, M. E. P.; OLIVER, F. C. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.** 2012, vol.18, n.1.
- CARDOSO, E. J. S. Educação inclusiva e o papel da escola no processo de ensino aprendizagem. **RELPE**, Arraias (TO), v. 1, n.º 1, p. 25-35, jul./dez. 2015.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: **o dicionário da língua portuguesa**. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 895 p. ISBN 978-85-385-4240-7.
- FERREIRA, F. **Educação inclusiva: quais os pilares e o que a escola precisa fazer?** Atualizado em: 29 de agosto de 2018 Disponível em: <https://www.proesc.com/blog/educacao-inclusiva-o-que-a-escola-precisa-fazer/>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- GADOTTI, M. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4º ed. São Paulo: Atlas S/A. 2002.
- KARAGIANNIS, A; STAINBACK, W. Fundamentos do ensino inclusivo. **Inclusão: um guia para educadores**. Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul,1999.
- MANTOAN. M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Moderna, 2003.
- MATOS, S. N.; MENDES, E.G. Demanda de professores decorrentes da inclusão escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 21, n. 1, p. 9-22, Jan.-Mar., 2015.
- MELETTI, S.M.F. **Educação escolar da pessoa com deficiência mental em instituições de educação especial: da política à instituição concreta**. São Paulo: EDUSP, 2014.
- MELLO, R.B.; POKER, A.R.L. Inclusão e formação do professor. **Journal of Research in Special Educational Needs**. Volume 16. Number s1. 2016. Disponível em

https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471_3802.12193 Acesso em: 18 jun., 2024.

RODRIGUES, D. **O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível.** Revista Inclusão, p. 7 a 13, (2000).

RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2017.

SILVA, M.R.P; SENA, T.J.M. A inclusão do aluno surdo no ensino regular. **Protestantismo em Revista.** São Leopoldo, v. 37 Ed. Esp. Extra, p. 120-139. jun. 2015.

VICTOR, S.L; VIEIRA, A.B; OLIVEIRA, I.M. **Educação Especial Inclusiva:** conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2017.